

INFORMAÇÃO SOBRE A DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

relativamente ao tratamento de dados pessoais

Conteúdos

- I. **Informações gerais, natureza voluntária, levantamento do consentimento**
- II. **Âmbito dos dados sujeitos a recolha**
- III. **Uso dos dados (fins do tratamento de dados), fins primários e secundários, outros fins**
- IV. **Tratamento de dados para fins relacionados com o consentimento**
- V. **Tratamento de dados sem consentimento; fins não consentidos**
- VI. **Tipos de tratamento**
- VII. **Especialmente relacionado com o tipo de tratamento: conservação (no sentido de conservação continuada)**
- VIII. **Levantamento do consentimento e outros direitos de que é titular relativamente aos seus dados**
- IX. **Responsável pelo tratamento (pessoa responsável); Encarregado da Proteção de Dados**
- X. **Base legal**

I. **Informações gerais, natureza voluntária, levantamento do consentimento**

A presente “Informação sobre a Declaração de Consentimento” tem como objetivo permitir-lhe tomar uma decisão informada sobre o seu consentimento. Isto significa o seguinte: se nos conceder o seu consentimento nós poderemos processar os seus dados pessoais, pelo que deverá saber o que isto significa especificamente. Isso inclui não apenas o conhecimento dos dados que recolhemos neste contexto, mas também os objetivos com que o fazemos e que atividades de tratamento de dados nós desenvolvemos posteriormente para atingir esses objetivos. Gostaríamos ainda de fazer notar, pelo menos brevemente, que os dados também poderão ser processados para outros objetivos que não aqueles em que se baseou a situação original em que o consentimento foi concedido, e, por exemplo, que, em situações especiais (p. ex., quando exista interesse público), os dados também poderão ser divulgados, quer o consentimento tenha sido prestado ou não. Ademais, deverá ter conhecimento sobre como lidamos, especificamente, com a questão do período de conservação e, além da possibilidade de levantar o seu consentimento, familiarizar-se com os direitos de que é adicionalmente titular e que poderão também ter influência no (futuro) tratamento de dados, mesmo que tenha tornado esses dados disponíveis através de consentimento “no passado”.

Quando se faça referência a “dados”, referimo-nos aos dados pessoais no sentido atribuído pelo Regulamento Geral da Proteção de Dados (“RGPD”) – Regulamento (UE) 2016/679, que entrou em vigor no dia 25 de maio de 2018.

Nós, Swedex GmbH Industrieprodukte, apenas podemos prestar serviços, particularmente de natureza contratual, quer se trate de negócio providenciado online ou num espaço físico, se um montante mínimo de dados necessários for fornecido pela parte a quem o serviço será prestado. Contudo, a recolha de dados ou a sua cooperação na recolha, particularmente no fornecimento de dados sobre si, é sempre um processo voluntário. No entanto, caso alguns dados não sejam disponibilizados, isso poderá levar a uma limitação dos nossos serviços. Por exemplo, não é possível entregar bens se nenhuma morada (de

entrega) for indicada. Uma vez concedido, o consentimento para tratamento de dados pode ser levantado a qualquer momento (por favor, consulte a secção VIII abaixo para informação mais detalhada).

II. Âmbito dos dados sujeitos a recolha

No decorrer do presente contacto entre nós, e de modo a cumprir com os requisitos / obrigações resultantes, nós recolhemos os seguintes dados / você fornece-nos os seguintes dados:

Último nome, nome próprio

Empresa

Data de nascimento

Morada postal

Endereço eletrónico

(Se aplicável) informação bancária (se outro meio de pagamento que não em dinheiro for disponibilizado e escolhido por si)

Opcional: número de telefone e / ou número de fax (em caso de urgência)

III. Uso dos dados (fins do tratamento de dados), fins primários e secundários, outros fins

O uso que fazemos dos dados é para fins comerciais primários, considerando que isso é necessário para o cumprimento do pedido que você queira realizar/tenha realizado à nossa empresa, ou para fins secundários.

1. Fins primários

Os fins comerciais primários visam assegurar:

- a receção organizada, tal como a adjudicação de contratos (independentemente do tipo de transação legal), incluindo a sua execução, sendo que estamos essencialmente envolvidos (sem limitação) nos seguintes tipos de negócios: compra e venda / distribuição de maquinaria, ferramentas e semelhantes para uso comercial / profissional no sector B2B, contratos de produção, inovação de produtos nesse contexto, etc. e negócios contratuais, enquadramento, etc. na linha dessas atividades (i.e., contratos de compra e venda, contratos de produção e de distribuição, etc.);
- a possibilidade de preparar estimativas de custos, orçamentos e equivalentes;
- a capacidade de elaborar e executar contratos em simultâneo com o processamento do respetivo pagamento e expedição;
- a adesão a obrigações de garantia legais e quaisquer garantias contratuais aplicáveis ou ainda para nós próprios as invocarmos contra terceiros (p. ex., fornecedores);
- identificação e execução / oponibilidade (possivelmente também judicial) de reclamações contra os clientes, assim como defesa perante reclamações contra nós invocados; e

- a garantia de um serviço ao cliente de elevado nível, que pode ser recebido e acompanhado pelos clientes de várias formas, se necessário, e, ao mesmo tempo, cumprir com as suas elevadas expectativas relativamente ao nosso produto e prestação de serviços.

Para os referidos fins primários, poderá também ser necessário **transmitir os seus dados a terceiros**, com uma extensão limitada, nomeadamente:

- o cumprimento de obrigações comerciais, em que a transmissão está restrita a empresas associadas connosco (empresas-mãe, subsidiárias e afiliadas, i.e. empresas que nós controlamos ou que nos controlam ou que estão sob o nosso controlo conjunto com uma terceira parte) ou outras empresas, se estivermos contratualmente associados com elas de modo a cumprir fins operacionais perante si (p. ex., subcontratantes, despachantes, depositantes) ou partes com quem você possa estar contratualmente (ou de outro modo) vinculado, como resultado da nossa prestação, sob qualquer contrato (p. ex., um seu parceiro de cooperação a quem nós prestamos diretamente o serviço segundo as vossas instruções);
- coordenação com os nossos consultores (externos) fiscais, comerciais e legais, o que, regra geral, envolve pessoas que estão já estatutariamente sujeitas a requisitos de confidencialidade devido aos seus regimes profissionais;
- a execução de transações de pagamento, independentemente de sermos a parte pagadora ou a parte a quem o pagamento é realizado;
- permitir a avaliação, particularmente, do risco financeiro de uma transação legal, prevista ou já acordada, mas não ainda totalmente finalizada, em relação a várias características do (futuro) parceiro contratual, tais como a sua capacidade de crédito, liquidez, historial de pagamentos, etc.

2. Fins secundários

Caso também tenha concordado com o tratamento dos seus dados com o fim de otimizar a nossa oferta de serviços (“fins secundários”), iremos utilizar estes dados, adicional e particularmente, para:

- determinação da satisfação dos clientes com os nossos produtos / serviços (incluindo *website*);
- melhoria dos nossos produtos e serviços (incluindo *website*);
- permitir o desenvolvimento de ofertas à medida do cliente;
- apoio / (e se necessário) valorização dos nossos produtos / serviços durante e após os períodos de garantia;

Poderá ainda ser necessário, com extensão limitada, **transmitir os seus dados a terceiros** para os referidos fins secundários, particularmente se tivermos contratado prestadores de serviços externos para analisar a satisfação ou no que diz respeito à inovação de produtos ou se tivermos exteriorizado serviços de apoio / valorização a esses prestadores.

IV. Tratamento de dados para fins relacionados; Cookies

Caso pretendamos tratar os seus dados para fins diferentes daqueles para os quais eles foram recolhidos, e caso não tenhamos o seu consentimento (individualizado), apenas o iremos fazer se o fim em questão ainda for compatível com o fim originário. Para determinar a compatibilidade, nós iremos pesar os interesses em jogo, tendo em consideração, entre outros: o contexto da recolha de dados à data, o grau de conexão entre os fins da recolha à data e o tratamento atual, o tipo (sensibilidade) dos

dados e as consequências para si do tratamento adicional, assim como a existência de garantias a acompanhar o tratamento (p. ex., encriptação).

ASSUNTO ESPECIAL: Cookies etc. (O bloco da Declaração de Proteção de Dados será copiada para aqui)

V. Tratamento de dados sem consentimento; fins não consentidos

Existem também fins para os quais o tratamento de dados deve ser prosseguido, mesmo que não tenha sido emitida uma declaração de consentimento. Estes podem ser obrigações legais que se apliquem a nós, nos termos das quais poderemos ser excepcionalmente demandados a usar os seus dados para fins que nos são impostos por terceiros, nomeadamente poderes soberanos na especificação de obrigações (estatutárias) de direito público. Caso exista um interesse público para tal, isso poderá envolver, por exemplo, o reencaminhamento dos seus dados para uma entidade governamental sob o seu pedido.

VI. Tipos de tratamento

Adicionalmente aos tipos de tratamento acima mencionados (recolha, uso, divulgação através da transmissão a terceiros), e associado à recolha de dados, iremos armazenar os dados obtidos deste modo, i.e. de forma organizada e ordenada na nossa base de dados, e iremos mantê-los de modo recuperável. Os dados poderão ser recuperados e consultados a partir do local (digital) de conservação, por exemplo, para gestão de processos comerciais no contexto dos quais recolhemos os dados. Os dados poderão, ainda, ser ajustados / alterados, por exemplo, em resposta a um pedido de correção feito por si. Você poderá ainda tomar a iniciativa apropriada a limitar ou eliminar os seus dados, considerando que essa limitação, etc., poderá – sem ser solicitada – também ser desencadeada pelo mero facto de o período aplicável de conservação dos dados ter expirado. Apesar de o tratamento de dados ser, por regra, automatizado, poderá haver lugar ao tratamento manual de dados, sendo que em qualquer caso estamos obrigados a assegurar o mesmo nível de proteção. Este último tipo de tratamento está a ser gradualmente suprimido.

Subcontratante

A empresa recorre a responsáveis pelo tratamento contratado. Os contratos de garantia obrigam os contratantes a cumprir, particularmente, as nossas Orientações de Proteção de Dados e o próprio RGPD.

VII. Especialmente quanto ao tipo de tratamento: conservação (no sentido de conservação continuada)

O RGPD não especifica quaisquer obrigações de conservação / datas de apagamento específicas, simplesmente estatuidando, de forma geral, que os dados devem ser eliminados, caso os fins da recolha tenham deixado de existir, a menos que – em termos simplificados – exista uma obrigação contínua de armazenar os dados ou tal seja necessário para propor, exercer ou defender-se contra qualquer ação judicial. De modo a torná-lo mais transparente, decidimos (com exceção de casos especiais, em que possamos estar sujeitos a uma obrigação de apagamento mais cedo) trabalhar com prazos específicos, que estabelecemos à data do nosso último contacto consigo. Por último contacto referimo-nos àquele após o qual não “ouvimos” mais nada de si, sendo que não é a natureza auditiva do contacto que

importa. Ou melhor, cada forma de contacto entre nós que seja perceptível para nós (por exemplo, por email, carta ou mensagem) é suficiente para constituir um último contacto, substituindo o anterior. Os nossos períodos de conservação, portanto, são os seguintes:

(1) caso não tenha havido uma relação contratual entre nós, nem seja expectável que esta venha a existir; nem tenhamos tomado conhecimento de uma situação da qual possa resultar responsabilidade (ainda que de natureza pré-contratual); cartas de negócios ou semelhantes não tenham sido trocadas: **2 anos desde o último contacto**, iniciando-se o período no final do ano em que teve lugar o último contacto;

(2) caso nenhuma relação contratual tenha surgido entre nós, nem seja expectável que esta venha a existir, nenhuma cartas de negócios ou semelhantes tenham sido trocadas, mas uma situação da qual possa resultar responsabilidade (ainda que de natureza pré-contratual) não possa ser descartada: **3 anos desde o último contato**, iniciando-se o período no final do ano em que teve lugar o último contacto;

(3) caso se tenha iniciado uma relação contratual entre nós, ou, apesar de não se ter iniciado, cartas de negócios ou semelhantes tenham sido trocadas: **6 anos desde a receção ou envio da carta de negócios ou similar**. Se o contacto final tiver lugar durante o período de 6 anos e se, calculando-se a partir desse evento, o período definido em (1) e (2) terminar após o período de 6 anos, a data mais tardia será a aplicável como data final. Os demais dados, que não os da carta de negócios, caso não estejam relacionados, apenas serão armazenados desde a data do último contacto pelo período definido em (1) ou (2);

(4) caso se tenha iniciado uma relação contratual entre nós, ou, contudo, não se tendo iniciado; em qualquer caso, se existirem documentos contabilísticos para o efeito ou se os seus dados fizerem parte de um conjunto de documentos empresariais (p. ex., um relatório de gestão) ou constarem de documentos aduaneiros, nos termos do art. 15º I e/ou art. 163º do Código Aduaneiro da UE: **10 anos a contar da data contabilística, da data dos documentos referidos ou da data de transmissão para as autoridade aduaneiras**. Se o contacto final tiver lugar durante este período de 10 anos e, calculando-se a partir desse evento, o período definido em (1) e (2) terminar após o período dos 10 anos, a data mais tardia será a aplicável como data final. Outros dados, que não os constantes do documento contabilístico / relatório anual, etc. ou documentos aduaneiros, caso não estejam relacionados, apenas serão armazenados, com início na data do último contacto, durante o período estipulado em (1) ou (2).

VIII. Levantamento do consentimento e outros direitos de que é titular relativamente aos seus dados

1. Direito ao levantamento do consentimento

Tem o direito a levantar o seu consentimento a todo o tempo. O levantamento não afeta a legalidade do tratamento de dados consentido levado a cabo antes da data desse levantamento, mas significa que, a partir desse determinado momento, não poderemos desenvolver quaisquer atividades relacionadas com os seus dados, caso o consentimento levantado seja a única base legal para o tratamento. Este não será o caso, por exemplo, se ainda estivermos obrigados a armazenar os dados. O levantamento pode ser notificado sem obedecer a quaisquer requisitos legais e é, em todo o caso, possível na forma pela qual, anteriormente, concedeu o seu consentimento. O levantamento do consentimento deverá ser declarado para:

Swedex GmbH Industrieprodukte

Im Taubental 10, 41468 Neuss
Geschäftsführer: Andreas Lázár
Email: info@swepro.de
Website: www.swepro.com
Tel. : 02131-7522 100
Fax : 02131-7522 211

2. Direito à informação

Tem o direito a ser informado por nós sobre se tratamos dados pessoais relacionados consigo. Sendo esse o caso, a informação estende-se, entre outros, a:

- (a) que tipo de dados são tratados e para que fins;
- (b) a quem os dados poderão ter sido transmitidos (e que garantias, se aplicável, foram prestadas pelo recetor em relação ao tratamento dos seus dados em cumprimento da lei que regula a proteção de dados, por exemplo, no caso de um país terceiro estar envolvido);
- (c) duração – ou critérios de duração – da conservação (planeada) destes dados;
- (d) se aplicável, origem dos dados (em caso de recolha através de terceiros);
- (e) se necessário, informação relevante sobre o sistema (lógico) utilizado e o âmbito e efeitos visados com o tratamento dos dados, caso estes estejam sujeitos a um processo automático de tomada de decisão (nota: nós não utilizamos estes processos na nossa empresa).

Iremos fornecer-lhe uma cópia desta informação, sob a forma eletrónica (i.e., num formato eletrónico comum), no caso de um pedido eletrónico da sua parte. Poderemos cobrar uma taxa razoável por cópias adicionais, de acordo com os custos administrativos associados.

3. Direito de retificação

Tem direito a requerer a correção de qualquer dado pessoal seu impreciso, sem qualquer atraso. Tendo em consideração os fins do tratamento, tem também o direito de requerer que sejam completados os dados pessoais incompletos, incluindo mediante declaração complementar. Se os seus dados tiverem sido transmitidos a terceiros, iremos informá-los das correções, a menos que não seja possível ou implique esforço e custos excessivos. Se assim o requerer, iremos revelar-lhe os terceiros acima mencionados.

4. Direito ao apagamento (incluindo o designado “direito a ser esquecido”)

(a) Pedido de apagamento

Embora sujeito às exceções discriminadas na subsecção (c) abaixo, poderá requerer-nos que eliminemos os seus dados pessoais de imediato se:

- (aa) este/estes dados (em particular, a continuação do seu armazenamento) já não forem necessários para os fins da recolha;
- (bb) tiver retirado o seu consentimento, no caso de tratamento de dados consentido;

(cc) se opuser ao tratamento futuro;

(dd) o tratamento de dados for ilegal;

(ee) o apagamento for necessário para cumprir com uma obrigação legal, nos termos da legislação da União Europeia ou da legislação nacional;

(ff) os dados tiverem sido recolhidos de uma criança (menor de 16 anos), relacionados com serviços da sociedade de informação, que, neste caso, é entendido como um serviço geralmente sujeito a pagamento e que é levado a cabo eletronicamente, por meios de venda à distância (i.e., sem contacto físico direto entre as partes envolvidas) e por chamada individual.

No caso de os seus dados serem eliminados, assumimos, por norma, que consente que o seu nome seja incluído na lista de pessoas que não querem (já não querem) ser por nós contactadas. Isto minimiza as possibilidades de vir a ser contactado no futuro, por exemplo, se os seus dados forem recolhidos noutra contexto. Se não o desejar, por favor, informe-nos.

(b) Direitos adicionais no caso de publicação dos seus dados e de participação de terceiros

Se tivermos divulgado os dados a que se refere o seu pedido de apagamento, iremos (tendo em consideração a tecnologia disponível e os custos de implementação) adotar as medidas razoáveis idóneas a assegurar que os responsáveis pelos dados são informados que de requereu o apagamento dos dados (incluindo hiperligações e reproduções dos dados). Caso os seus dados tenham sido transmitidos a terceiros (de outra forma), iremos informá-los do apagamento, a menos que seja impossível ou envolva um esforço e custo excessivos. Mediante o seu pedido, iremos revelar-lhe os terceiros acima mencionados.

(c) Exceções ao pedido de apagamento

Não tem direito a solicitar o apagamento – ainda que apenas temporariamente, se aplicável – se o tratamento de dados for necessário, em particular:

(aa) para exercer a liberdade de expressão e informação;

(bb) para cumprir uma obrigação legal que nos seja aplicável, nos termos da legislação da União Europeia ou da legislação nacional (poderá ser, p. ex., uma obrigação legal de manter registos [antes de expirarem]);

(cc) para propor, exercer ou defender ações judiciais;

ou se

(dd) no caso de ter feito o levantamento de consentimento no sentido supra (secção VIII 1), exista outra base legal para o tratamento de dados;

(ee) no caso da sua objeção no sentido infra (secção VIII 10), em primeiro lugar, existirem motivos legítimos primordiais para o tratamento de dados e, em segundo lugar, se a objeção não for dirigida contra publicidade direta e qualquer definição de perfis possivelmente relacionada (no último caso – envolvendo publicidade direta, definição de perfis relacionados – terá sempre o direito ao apagamento).

(d) Direitos similares ao apagamento

Caso (pelo menos temporariamente) não tenha qualquer direito ao apagamento, poderá, não obstante, ter um direito à limitação do (futuro) tratamento de dados. Para mais informações, por favor, consulte a secção 5 imediatamente a seguir.

5. Direito à limitação do tratamento

Se tivermos recolhido dados ilegalmente e, conseqüentemente, você for (realmente) titular de um direito ao apagamento, poderá requerer-nos que limitemos o tratamento de dados, ao invés de os apagarmos. O mesmo se aplica aos dados recolhidos legalmente, no caso de, entretanto, termos atingido os fins visados, mas precisar dos dados para propor, exercer ou defender ações judiciais. Se tiver apresentado uma objeção ao tratamento de dados que o envolva (e não tivermos de observá-la, porque é dirigido contra publicidade direta/definição de perfis relacionada) ou se contestar a precisão dos dados, pode requerer-nos que restrinjamos a utilização dos seus dados durante a respetiva fase de revisão (pesando os interesses no caso de uma objeção, avaliação dos dados no caso de imprecisão). Isto significa que apenas podemos tratar estes dados específicos (além da sua conservação e de casos especiais de interesse público primordial) com o seu consentimento ou afim de propor, exercer ou defender-nos contra ações judiciais ou para proteger os direitos de outra pessoa singular ou coletiva.

Ainda que sem o requerer, iremos limitar o uso da sua informação conforme descrito acima, caso o nosso último contacto (cfr. secção VII) tiver ocorrido há mais de 3 (três) anos, acrescido do remanescente do ano em que o último contacto ocorreu. Isto não poderá afetar quaisquer direitos à limitação ou apagamento que tenham sido exercidos anteriormente.

Caso a limitação de dados no sentido acima mencionado ocorrer e for devida a sua retirada (p. ex., porque se concluiu pela inexatidão dos dados), iremos informá-lo antecipadamente. Se os seus dados tiverem sido divulgados a terceiros, iremos informá-los da limitação de dados, a menos que seja impossível ou envolva custos ou esforço excessivos. Se assim o requerer, iremos revelar-lhe os terceiros acima mencionados.

6. Direito à portabilidade de dados

Se tratarmos os seus dados automaticamente, com base no consentimento concedido ou no âmbito de uma relação contratual, pode solicitar-nos receber os dados correspondentes de forma estruturada, num formato comum, mecanicamente legível, por exemplo, de modo a que seja capaz de o reencaminhar sozinho (e sem qualquer intervenção nossa) para outro responsável pelo tratamento de dados. Na medida em que seja tecnicamente possível e não afete os direitos de outras pessoas, poderá também requerer que reencaminhemos os dados armazenados diretamente para outro responsável pelo tratamento de dados selecionado por si (p. ex., uma empresa com quem pretenda celebrar um contrato). Um direito adicional ao apagamento a seu favor, se aplicável, não irá ser afetado por um pedido de transmissão de dados.

7. Direito a ser notificado no caso de violação de dados

Se ocorrer uma situação em que a violação de dados apresente um elevado risco para os seus direitos e liberdades pessoais, iremos informá-lo imediatamente. Estas notificações incluem, entre outros, os dados da sua pessoa de contacto neste contexto, assim como informação sobre as conseqüências iminentes de dano e as medidas já adotadas ou a implementar para minimizar essas conseqüências. Estas notificações poderão ser dispensadas, se, entretanto, tivermos aplicado medidas minimizadoras efetivas, de modo a que nenhum elevado risco, no sentido mencionado, possa ocorrer e caso os dados tenham já sido significativamente protegidos contra acesso não autorizado – particularmente por via de

medidas tecnológicas (p. ex., encriptação) – ou se a notificação implicar um esforço e custos excessivos (caso em que iremos preparar uma comunicação pública ou adotar medidas com um impacto alargado semelhante).

8. Direito a não ser exclusivamente sujeito a processos automatizados de tomada de decisão em relação ao tratamento de dados

Em princípio (i.e., exceto em casos excepcionais), tem direito a não ser sujeito a uma decisão exclusivamente baseada em processos automatizados – incluindo definição de perfis – caso isso tenha um efeito legal perante si ou, de forma equivalente, tenha um efeito negativo para si. A nossa empresa não utiliza, à data, tais estruturas de tomada de decisão e iremos informá-lo individualmente caso isso mude e os seus dados sejam afetados.

9. Direito a reclamar

Poderá reclamar, a qualquer altura, da nossa conduta em relação ao tratamento de dados para a autoridade supervisora responsável. Naturalmente, poderá também apresentar uma reclamação perante nós e iremos procurar resolver, em conjunto, quaisquer problemas que possam surgir.

A autoridade responsável (pela proteção de dados) é:

North Rhine-Westphalian Commissioner for Data Protection and Freedom of Information, Kavalleriestr. 2-4, 40213 Düsseldorf, Tlf.: 0211/38424-0, Fax: 0211/38424-10, Endereço eletrónico: poststelle@ldi.nrw.de

10. Direito de oposição

Se tivermos tratado os seus dados para proteger os nossos interesses legítimos (ou para cumprir com uma tarefa do interesse público), poderá opor-se a isso a todo o tempo. O tratamento adicional posterior será então (ainda) apenas permitido se conseguirmos demonstrar razões para o tratamento que sejam de tal modo importantes que se sobreponham aos seus interesses, direitos e liberdades, ou caso tal sirva um fim de propor, exercer ou defender contra ações judiciais. Caso a sua objeção seja dirigida contra o uso dos seus dados para fins de publicidade direta/definição de perfis, não iremos (continuar a) usar / tratar os seus dados neste contexto. Poderá enviar-nos a sua oposição sob qualquer forma.

11. Prazo para respondermos ao seu exercício do direito

Se exercer direitos nos termos da presente secção VIII, iremos informá-lo, sem atraso, mas o mais tardar – nos termos da cláusula seguinte – dentro do período de um mês após recebermos o seu pedido, sobre os efeitos que isso terá no seu caso concreto (em especial, que consequências legais poderá ter). Se o seu pedido for baseado em questões complexas e, ao mesmo tempo, formos confrontados com um elevado número de pedidos, estamos autorizados a apenas reagir dentro de um período de 3 meses, sendo que iremos notificá-lo disso e justificar o atraso dentro do período mencionado. Deveremos

também responder-lhe dentro de um mês e referir os motivos para tanto, caso não pretendamos analisar o seu pedido.

12. Outros

Todos os direitos nos termos desta secção VIII – com exceção, contudo, do direito estipulado na subsecção 9 – deverão ser exercidos perante:

Swedex GmbH Industrieprodukte

Im Taubental 10, 41468 Neuss

Geschäftsführer: Andreas Lázár

Email: info@swepro.de

Website: www.swepro.com

Tel. : 02131-7522 100

Fax : 02131-7522 211

Esta secção VIII não contém uma lista exaustiva dos seus direitos perante esta “Informação sobre a Declaração de Consentimento”. De modo a facilitar a sua leitura, não explicamos todos os direitos de que é ou pode ser titular ao pormenor, tendo analisado os casos que podem resultar para a nossa empresa ou para si, enquanto titular dos dados sujeitos ao tratamento de dados por nós realizado. O resumo dos direitos aqui contemplados não é, portanto, exaustivo no que respeita aos direitos de que é titular, mas é suplementar (pelo menos, em áreas marginais) ao RGPD e outra legislação relevante aplicável. Nenhuma forma especial ou requisitos formais precisam de ser verificados para aferir dos seus direitos, i.e., isso também poderá ser feito por telefone ou email. As notificações dos seus direitos, o cumprimento de outras obrigações de informação da nossa parte e a adoção de medidas para implementar os seus direitos são livres de quaisquer custos para si, sujeito aos acordos previstos na secção VIII, subsecção 2, frase 3. Estamos apenas legitimados a cobrar uma taxa razoável correspondente ao nosso tempo e esforço ou a recusar o processamento do pedido, no caso de ser manifestamente infundado ou (em particular) excessivo.

IX. Responsável pelo tratamento, Encarregado da Proteção de Dados

O Responsável pelo tratamento dos seus dados de acordo com a sua Declaração de Consentimento é:

Swedex GmbH Industrieprodukte, Im Taubental 10, 41468 Neuss

O nosso Encarregado da Proteção de Dados é:

Mr. Marc Utzenrath, endereço eletrónico: gdpr@swepro.de, morada: Swedex GmbH Industrieprodukte, Im Taubental 10, 41468 Neuss, Tlf.: 02131-7522 127, website: www.swepro.com.

O nosso Encarregado da Proteção de Dados terá todo o gosto em ajudá-lo em todas as suas questões relativamente a esta “Informação sobre a Declaração de Consentimento”, a Declaração de Consentimento em si própria, outras questões relacionadas com o tratamento dos seus dados e, claro, os seus direitos, nos termos da secção VIII, e afirmação dos mesmos.

X. Base legal

Considerando que o seu consentimento é a base para o tratamento dos seus dados (seja por nós ou por um subcontratante), o mesmo é legalmente fundamentado no art. 6º, sec. 1 a), do RGPD. O art. 13º, sec. 3, do RGPD constituirá a base legal para o tratamento de dados consentido. Mesmo em relação ao tratamento de dados para além do seu consentimento, existem previsões no RGPD que estabelecem a sua legalidade. Por exemplo, esse tratamento poderá ser considerado legal se conduzido afim de executar tarefas de interesse público (art. 6º, sec. 1 e) do RGPD) ou interesses justificados de salvaguarda da parte que faz o tratamento, que poderão, caso a caso, prevalecer no conflito de interesses com a parte que é afetada pelo tratamento dos respetivos dados (art. 6º, sec. 1 f) do RGPD).